

HISTÓRIA

2ª Série
Ensino Médio

Módulo 8



SEJA BEM-VINDO AO CURSO DE HISTÓRIA!!

Para facilitar seus estudos:

- Leia atentamente os módulos e se achar necessário responda **NO CADERNO** as atividades propostas. Elas não são obrigatórias.
- Consulte o dicionário sempre que não souber o significado das palavras. Se necessário, utilize o volume da biblioteca.
- Se você tiver dúvidas com a matéria, consulte uma das professoras na sala de História.

IMPORTANTE:

NÃO ESCREVA NA APOSTILA, POIS ELA SERÁ TROCADA POR OUTRA.

A TROCA SÓ SERÁ FEITA SE A APOSTILA ESTIVER EM PERFEITO ESTADO.

ESTA APOSTILA FOI ELABORADA PELA
EQUIPE DE HISTÓRIA DO CEESVO
CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPLETIVA DE
VOTORANTIM

PROFESSORAS: DENICE NUNES DE SOUZA
MEIRE DA SILVA OMENA DE SOUZA
ZILPA LAURIANO DE CAMPOS

COORDENAÇÃO: NEIVA APARECIDA FERRAZ NUNES

VOTORANTIM, 2006.

OBSERVAÇÃO

MATERIAL ELABORADO PARA USO
EXCLUSIVO DO CEESVO,
SENDO PROIBIDA A SUA COMERCIALIZAÇÃO.

APOIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM

MÓDULO 8

O período Republicano

Neste módulo, você estudará os acontecimentos que levaram ao golpe republicano em 1889.

Bem, no módulo anterior você aprendeu que a guerra do Paraguai **fortaleceu o exército brasileiro** e o transformou numa **verdadeira instituição militar**. Isso fez com que os militares adquirissem condições de participar da política nacional.

Você sabe o que é República?

República é a forma de governo em que o supremo poder é exercido temporariamente, por um ou mais cidadãos eleitos pelo povo.

Além disso, os militares voltaram da guerra, com duas idéias revolucionárias na cabeça: o **abolicionismo** e o **republicanismo** (*assuntos que você verá neste módulo*) e, por isso, rapidamente entraram em **choque com a monarquia**, que representava apenas os interesses da aristocracia rural e da alta burguesia.

Muitas mudanças econômicas e até sociais aconteceram no Brasil durante todo o século XIX, mas, **politicamente, nada mudou**.

O Brasil permaneceu dominado pelos velhos proprietários rurais, permaneceu a centralização política e as eleições continuaram censitárias.

Isso fez com que parte da população brasileira ficasse descontente com D. Pedro II, gerando conflitos contra o governo.

Esse período que você vai estudar, que vai desde a Proclamação da República em 1889 até 1930, ficou conhecido como REPÚBLICA VELHA.

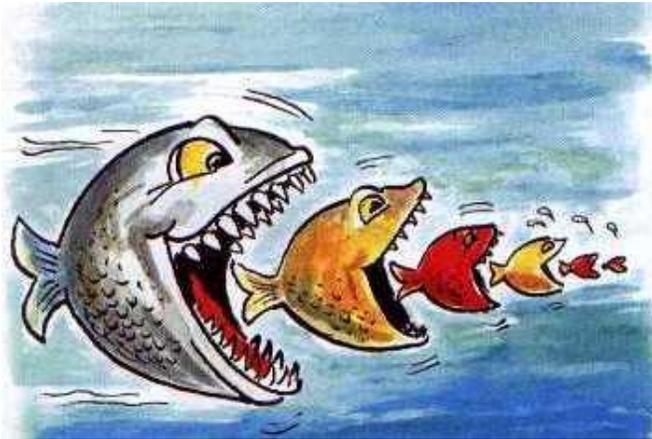


Mas, antes de continuar este assunto, é necessário que você dê uma “**olhadinha**” no que estava acontecendo no mundo da época.

Vamos lá?

Situação Mundial

Você aprendeu no **módulo 7** que na segunda metade do século XIX, o capitalismo industrial ganhou forças, surgiram os monopólios internacionais e formaram-se os grandes impérios coloniais na Ásia e África – era a **expansão do capitalismo**.



Charge mostrando a concorrência capitalista.

Então, a economia passou a ser dominada por empresas

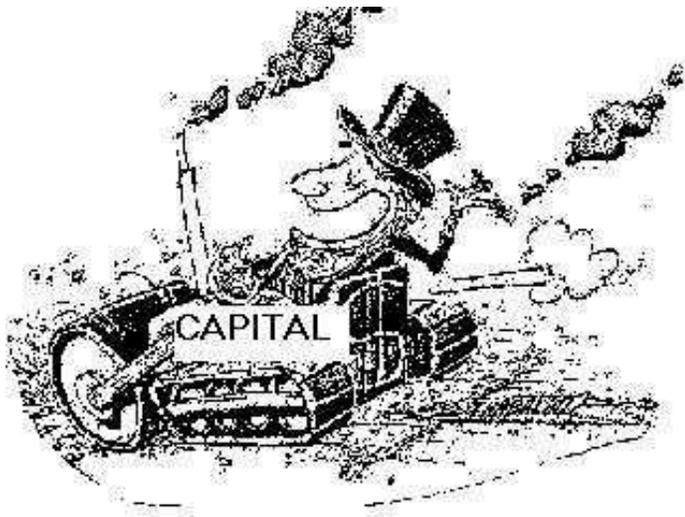
gigantescas que não só tinham exterminado a maioria dos concorrentes como passaram a controlar junto com outras companhias do mesmo porte, setores inteiros do mercado - eram os **monopólios**.

A fase de desenvolvimento que o capitalismo entrou permanece até os dias de hoje.

A **burguesia** ligada às indústrias e aos bancos foi a grande beneficiária do desenvolvimento industrial.

Enquanto isso, os milhares de trabalhadores viviam em condições miseráveis. A jornada de trabalho estendia-se até por 14 horas, com rápidos intervalos para refeições. As moradias dos trabalhadores eram cortiços

imundos, sem água, luz ou esgotos. Fome, doença, alcoolismo, prostituição e mendicância eram normais entre os trabalhadores.



Nos países industrializados formou-se uma **camada média** entre a burguesia e a classe trabalhadora, **formada por lojistas, donos de hospedarias, pequenos empregadores, funcionários comerciais e bancários**.

Não é difícil imaginar que não existia leis que protegessem esses operários. Para tentar contornar a difícil situação, os próprios trabalhadores se uniram **fundando associações** para atender seus interesses.

Na Inglaterra, por volta de 1824, os operários conquistaram o direito de livre associação. Formaram-se os “*trade unions*”, que representavam a primeira tentativa de organização dos trabalhadores.

Diante dessa situação de exploração, numerosos pensadores passaram a propor tentativas de solucionar os problemas da classe operária. Uma dessas idéias ficou conhecida como **SOCIALISMO**.

As Idéias socialistas espalharam-se por toda a Europa e defendiam a igualdade social.

Como exemplo de pensadores da época, temos *Karl Marx* e *Friedrich Engels*.

Suas idéias deram início ao chamado *socialismo científico ou marxismo*.

As idéias marxistas surgiram com a publicação do “Manifesto Comunista” (1848) e de “O Capital” (publicado a partir de 1867).

Socialismo  **Comunismo**

No século XIX, o termo socialismo, passou a indicar um conjunto de doutrinas e teorias políticas e econômicas que tinha por objetivo transformar a sociedade.

*O comunismo seria o estágio final do socialismo. Aconteceria quando a sociedade tivesse alcançado uma maturidade social. Tanto o socialismo como o comunismo, defende a idéia de uma igualdade social, na qual a propriedade é coletiva, tudo é de todos: todos trabalham e repartem **POR IGUAL** o que foi produzido.*

No comunismo não existe Estado. O comunismo só seria alcançado quando não existisse mais qualquer forma de repressão, todos seriam livres e iguais.

Agora responda em seu caderno:

1) O atual sistema econômico do Brasil é o capitalismo. Nesse sistema, qual é classe social mais favorecida: a burguesia ou a classe trabalhadora? Justifique a sua resposta.

Para Marx, a questão social de exploração dos trabalhadores só seria solucionada através de uma ação revolucionária e da instauração de uma *sociedade comunista*.

**...e o que fazia os Estados Unidos
diante da expansão
do capitalismo?**



No **módulo 7**, você estudou o **IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO**, certo! Aprendeu que os Estados Unidos, através da política "**a América para os americanos**", impôs seu domínio no Continente Americano.

Agora você relembrará uma medida imposta pelos Estados Unidos: a política do "**BIG STICK**".

...política do "**BIG STICK**"!
O que é isso mesmo??



A política do "**Big Stick**" (*grande porrete*) do presidente Theodore Roosevelt (1901 – 1908), estabelecia que os Estados Unidos deveria exercer "um poder de polícia internacional", especialmente nos países onde houvesse investimentos norte-americanos. Com isso, a missão de seu país era "*americanizar o mundo*". Na verdade era uma justificativa para a expansão comercial e a penetração financeira dos grandes grupos capitalistas norte-americanos na América do Sul e América Central.

Assim, toda vez que um governo da América Central prejudicava os interesses de grandes empresas norte-americanas, as tropas dos Estados Unidos não queriam conversa, invadiam o pobre país, derrubavam o governo e colocavam um pessoal de confiança no lugar.

*A História se repete...
... o tempo passou e essa história não mudou!
Ainda hoje, os Estados Unidos controlam os países
pobres e aqueles
que não se enquadram aos interesses
norte-americanos.*



Você sabe o que é a ALCA?

É mais um exemplo de domínio dos Estados Unidos sobre outros países. **ALCA - Área de Livre Comércio das Américas** – é um acordo que os Estados Unidos está querendo fazer com o Brasil até 2005.

Esse acordo, caso seja feito, trará graves conseqüências para o povo brasileiro. Conforme as normas desse acordo, os serviços públicos como telefone, luz e água, passam a ser controlados pela **ALCA**, que poderá abrir “concorrência pública” para as empresas estrangeiras no fornecimento desses serviços à revelia dos próprios governos, que não poderão dar preferência a empresas fornecedoras locais.

Como conseqüência desse acordo, também haverá um aumento do desemprego e o fim dos direitos trabalhistas como: 13º salário, licença maternidade, aposentadoria e outros direitos conquistados.

A biodiversidade da Amazônia será controlada pelas empresas americanas, esses são alguns, entre outros prejuízos para o povo brasileiro(...)

Jornal da APEOESP, nº259, p.4 , julho/agosto - 2002.

EXPLOÇÃO DO LIBERALISMO E DO NACIONALISMO NA EUROPA

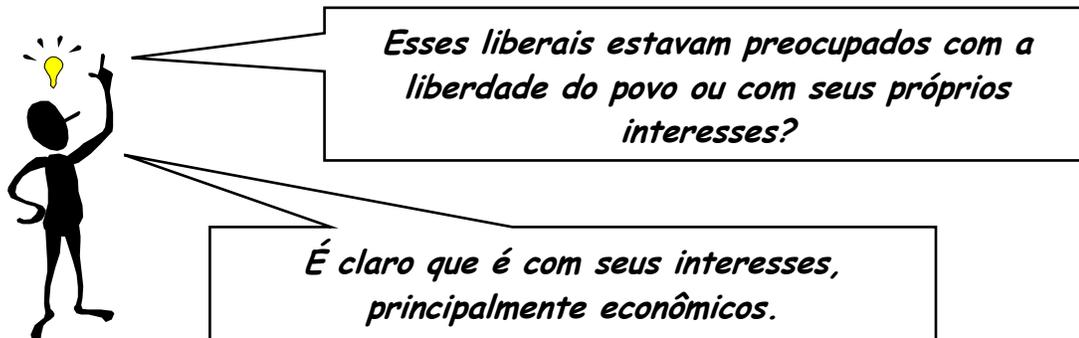


O liberalismo é um sistema que defende a idéia de liberdade econômica, política e religiosa.

- ◆ No plano **político**, o liberalismo combatia o poder absoluto, isto é, o poder centralizado nas mãos dos reis, **defendendo** a idéia da livre escolha do governo através de eleições e o fim de todos os privilégios sociais e políticos.
- ◆ No plano **econômico**, os liberais exigiam a liberdade dos empresários e dos contratos de trabalho. **Adam Smith**, foi considerado o fundador da ciência econômica, para ele, o homem é sempre impulsionado por um interesse pessoal, egoísta, sequer pensando na sociedade.
- ◆ Quanto à questão **religiosa**, o Estado estava completamente separado da Igreja (*em outros tempos, a Igreja e o Estado, andavam de “mãos dadas”*), assim, cada cidadão poderia praticar livremente sua crença religiosa.

É importante que você saiba que grande parte da burguesia era de **liberais** que não aceitavam a **plena democracia**. Para eles, o **voto** deveria ser **censitário**, isto é, só poderia votar quem tivesse certa renda em dinheiro, ou seja: a classe pobre não participaria da vida política do país.

Já os **liberais democratas**, principalmente os intelectuais e os profissionais liberais (médicos, jornalistas, professores, etc.), defendiam o voto **universal masculino**, somente os homens poderiam votar.



Então, os **LIBERAIS** defendiam a liberdade econômica, política e religiosa, portanto, seus interesse pessoais.

Ao mesmo tempo, um outro grupo, os **NACIONALISTAS** pretendiam agrupar sob um mesmo Estado os povos de raízes culturais semelhantes.

Isso provoca, no início do século XX, um clima de enorme tensão e rivalidade entre as grandes potências europeias, como por exemplo, Alemanha e França.

AS TENSÕES EUROPÉIAS NO COMEÇO DO SÉC. XX

Muitos fatores contribuíram para essa situação conflituosa, destacando-se entre eles:

- **Disputa colonial** – buscando novos mercados para a venda de seus produtos, os países industrializados entravam em choque na disputa por colônias na África e Ásia.
- **Concorrência econômica** – cada um dos grandes países industrializados dificultava a expansão econômica do país concorrente. Essa briga econômica foi especialmente intensa entre Inglaterra e Alemanha.
- **Disputa nacionalista** – em diversas regiões da Europa surgiram movimentos nacionalistas que pretendiam, como você leu acima, agrupar sob um mesmo Estado os povos de raízes culturais semelhantes. Assim, o nacionalismo provoca um desejo de expansão territorial.

MOVIMENTOS NACIONALISTAS

Os interesses da Alemanha, Rússia e França.

Entre os principais movimentos nacionalistas que se desenvolveram na Europa no início do século XX, destacam-se:

- **Pan-eslavismo** – buscava a união de todos os povos eslavos da Europa oriental, era liderado pela Rússia.
- **Pangermanismo** – buscava anexar à Alemanha os territórios ocupados por povos germânicos da Europa central, era liderado pela Alemanha.
- **Revanchismo francês** – visava vingar a derrota francesa para a Alemanha em 1870 e recuperar os territórios da Alsácia-Lorena (região rica em minério de ferro e carvão, que a França foi obrigada a ceder aos Alemães pela derrota na guerra Franco-Prussiana).

Você verá que esses movimentos nacionalistas contribuíram também para o início da Primeira Guerra Mundial.

O princípio das nacionalidades transformou o mapa político europeu, envolvendo cerca de 60 milhões de indivíduos: tchecos, italianos, alemães, poloneses, sérvios, búlgaros, gregos, romenos, finlandeses, dinamarqueses e outros.



Por que será que acontecem as guerras?

Você já parou para pensar nisso? Parece difícil explicar uma irracionalidade tão estúpida, não é mesmo?

No entanto, um dos mais **sangrentos conflitos militares de toda a história**, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), teve uma causa básica simples:

A burguesia tinha como grande objetivo dominar territórios e mercados cada vez maiores.

O clima de rivalidade entre os países deu origem à chamada **PAZ ARMADA**.

Como o risco de guerra era bastante grande, as principais potências iniciaram uma **corrida armamentista**, isto é, trataram de aperfeiçoar/estimular a produção de armas e de fortalecer/aumentar o contingente militar.

Assim, de **1871 à 1914**, a Europa viveu em estado de vigilância permanente.

Em tempo...

Na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, surgiram Associações pacifistas, apoiadas por homens de negócios como Carnegie e Nobel, que criaram o **Prêmio da Paz**.

Mas os sentimentos humanitários desses grupos não mudaram a situação do conflito mundial.

A França não confiava na Alemanha, pois perdera para ela a Alsácia-Lorena em 1870; a Austrália e a Rússia disputavam interesses nos países balcânicos; Inglaterra e Alemanha competiam economicamente.

Durante a **paz armada**, o clima de tensão levou as grandes potências a firmar **tratados de aliança**. O objetivo desses tratados era somar forças para enfrentar a potência rival.

Depois de muitas negociações e tratados, passaram a existir na Europa, em 1907, dois blocos distintos:

- **TRÍPLICE ALIANÇA** – formada pela Alemanha, Áustria e Itália.
- **TRÍPLICE ENTENTE** – formada pela Inglaterra, França e Rússia.

A aliança original entre os países de cada bloco sofreu alterações. Conforme seus interesses imediatos, alguns países mudaram de lado. Exemplo disso foi a Itália, que, em 1915 (após o início da guerra), passou para o Lado da **Entente** por ter recebido a promessa de compensações territoriais.

As tensões entre os dois blocos foram ficando insuportáveis. Qualquer incidente serviria de estopim para deflagrar a guerra.

Veja então que só faltava riscar o fósforo para acender o barril de pólvora.

PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL - 1914 à 1918

E foi isso que aconteceu quando o herdeiro do trono austríaco o arquiduque **Francisco Ferdinando** resolveu visitar a cidade de Sarajevo, capital da Bósnia, em carro aberto no meio da multidão, em 28 de junho de 1914.

A visita do herdeiro tinha objetivos políticos: pretendia mostrar o domínio austríaco nessa região. Não deu “outra”, o arquiduque e sua esposa foram assassinados a tiros por um estudante sérvio, pertencente à organização secreta nacionalista **Unidade ou Morte**, que tinha apoio do governo sérvio, ligado por sua vez, à Rússia.

Nas circunstâncias históricas da época, o assassinato serviu para uma reação militar da Áustria contra a Sérvia. Então, devido a política de alianças, outros países envolveram-se no conflito, numa verdadeira **reação em cadeia**.

A partir daí, foi como um **dominó**, durante quatro anos, a Europa foi envolvida pelo maior conflito da História, que atingiu direta ou indiretamente a economia de muitos países e o equilíbrio mundial.

Deflagrada a guerra, os blocos rivais ficaram assim constituídos:

- Alemanha, Império Austro-Húngaro, Turquia e Bulgária;
- França, Inglaterra, Rússia, Bélgica, Sérvia, Japão, Itália, Portugal, Romênia, Estados Unidos, Brasil e Grécia.

Veja os acontecimentos que se seguiram à invasão da Sérvia pelo exército austríaco:

- **28 de julho** – a Áustria declara guerra à Sérvia;
- **29 de julho** – em apoio à Sérvia, a Rússia mobiliza seus exércitos contra a Áustria e a Alemanha;
- **1º de agosto** – a Alemanha declara guerra à Rússia e, posteriormente, à França;
- **4 de agosto** – para a França, os exércitos alemão e austríaco invadem a Bélgica (neutra);
- **5 de agosto** – a Inglaterra declara guerra à Alemanha.

Soldados em trincheiras na Primeira Guerra Mundial - 1916



O Brasil na Guerra

"(...) Quando veio a I GUERRA MUNDIAL, deflagrada pelas ambições e contradições da Europa (...), sofremos as conseqüências (...)."

“Nem todas as conseqüências a rigor foram más. As nossas exportações subiram e houve aqui um surto de expansão industrial, decorrente da impossibilidade de importarmos artigos da Europa incendiada, cuja indústria estava concentrada na produção bélica.

Um mal terrível como a guerra, resultou para nós, ainda que temporariamente, um bem à nossa prosperidade comercial e industrial. Só que, com a volta da paz, perdemos as condições de competir com produtos estrangeiros aqui vendidos e, na ausência de uma política nacional de firme proteção à nossa indústria, voltamos a retroceder.

Mas houve também conseqüências más da guerra. A pior delas foi a epidemia da chamada '**gripe espanhola**', que matou mais gente, no mundo inteiro, do que os próprios combates, e que, no Brasil, ceifou 15.000 vidas.

A gripe era provocada e propagada como **tradicionalmente acontecia durante ou depois das guerras**, pelas más condições de higiene nos países em guerra e pelo natural enfraquecimento da população, civil e militar, em regime de esforço excessivo e alimentação deficiente.(...)

A guerra de 1914-1918 não atingiu o Brasil somente nos planos econômicos e da saúde pública: acabamos envolvidos nela pelo torpedeamento de navios nossos, no Atlântico por submarinos alemães, tendo sido afundados os navios brasileiros Paraná, Tijuca, Lapa, Macau e Ácari. Assim, o **presidente Venceslau Brás** declarou guerra à Alemanha em 26 de outubro de 1917.

Não mandamos tropas para a Europa. Enviamos um corpo de voluntários aviadores, uma missão médica e uma esquadra de seis navios a fim de cooperar com os aliados”.

Extraído: “O Brasil na Primeira Guerra”, Editora Abril, São Paulo – 1971, p. 28.

OS ESTADOS UNIDOS na Guerra...

Até janeiro de 1917, os Estados Unidos haviam se mantido numa posição de neutralidade.

Mas muito lhe interessava que os **Aliados** vencessem a guerra, pois desde o início do conflito, tinha fornecido armas e outras mercadorias, além de vultosos empréstimos à Inglaterra e à França.

A derrota desses países colocaria em risco o pagamento das dívidas. Essa atitude mudou em 6 de abril de 1917, quando a marinha alemã, utilizando seus submarinos, afundou navios de países tidos como neutros, alegando que transportavam alimentos para os inimigos.

Foi o caso, por exemplo, do afundamento dos navios americanos Lusitânia e Arábia e também do navio brasileiro Paraná.

A entrada dos Estados Unidos na guerra foi um fator decisivo para o fortalecimento dos **Aliados** e levou, finalmente, os países que apoiavam a Alemanha a se renderem.

SAIBA MAIS

Enquanto as potências européias concentravam seus esforços na guerra...

...os Estados Unidos aproveitava para ocupar e suprir outros mercados mundiais, na Ásia e na América Latina.

Arrasada pela guerra, a Europa, no final do conflito, era um grande mercado dependente das exportações norte-americanas.

A partir de 1918, a Alemanha foi perdendo fôlego, ficando isolada e sem condições de sustentar a guerra. Em 11 de novembro de 1918, acabou assinando um acordo de paz em situação bastante desvantajosa.

O TRATADO DE VERSALHES

Após a rendição alemã, no período de 1919 a 1920, realizou-se no palácio de Versalhes, na França, uma série de conferências com a participação de 27 nações vencedoras da guerra.

Lideradas pelos representantes dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, essas nações estabeleceram um conjunto de decisões conhecido como Tratado de Versalhes, impondo duras penalidades à Alemanha, dentre elas:

- restituir a região da Alsácia-Lorena à França;
- ceder outras regiões à Bélgica, à Dinamarca e à Polônia;
- entregar quase todos os seus navios mercantes à França, à Inglaterra e à Bélgica;
- pagar uma enorme indenização em dinheiro aos países vencedores;
- reduzir o poderio militar de seus exércitos, sendo proibida de possuir aviação militar.

S
a
i
b
a

m
a
i
s
...

A guerra entre esses blocos durou cerca de quatro anos. Os combates terrestres deixaram grande número de mortos em função das novas armas utilizadas: metralhadoras, lança-chamas, projéteis explosivos. Além disso, pela primeira vez, o avião e o submarino foram empregados como recursos militares.

O conjunto de decisões impostas à Alemanha provocou, em pouco tempo, uma intensa reação das forças políticas que se organizavam no país.

Os alemães consideravam injustas, vingativas e humilhantes as condições do **Tratado de Versalhes**. O desejo de mudar essas condições desempenhou importante papel entre as causas da *Segunda Guerra Mundial (1939-1945)*.

Mas isso é assunto para o módulo 10.

Agora responda em seu caderno:

2) *Com a guerra, as exportações no Brasil aumentaram e houve um surto de expansão comercial. E quando terminou a guerra, a prosperidade comercial e industrial continuou? Justifique a sua resposta.*

3) *Quais foram as más conseqüências da guerra para o nosso país?*

Bem, em linhas gerais, você estudou a situação mundial até o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, já no século XX.

Agora, para continuar, é necessário você voltar um pouquinho na História - na segunda metade do século XIX, para saber o que acontecia aqui.

**AGORA, VOLTANDO
AO BRASIL...**



Bem, lembrando! Enquanto as principais potências europeias disputavam acirradamente territórios na África e Ásia, o Brasil vivia o período do SEGUNDO REINADO, sob o governo de D. Pedro II.

Você já estudou que após a Guerra do Paraguai, os militares voltaram com duas idéias revolucionárias - a abolição e a República, certo! E são essas novas idéias que, somadas aos descontentamentos de vários setores da sociedade da época, dará início ao sistema de governo **Republicano no Brasil**.

Saiba também que durante todo o século XIX, muitas mudanças **econômicas** e até **sociais** aconteceram no Brasil, mas, POLITICAMENTE, nada mudou. Permanecia a dominação dos velhos proprietários rurais, a centralização política e as eleições censitárias, ou seja, as eleições pouco tinham a ver com a vontade do povo. Na realidade a opinião era do partido que estivesse no poder.

Isso provoca descontentamento da população com o governo de D. Pedro II, gerando conflitos conhecidos como:

- **a questão religiosa;**
- **a questão militar;**
- **a questão abolicionista** (idéias da abolição dos escravos).

Esses conflitos vão dar início a um movimento contra a monarquia: o **movimento republicano**.

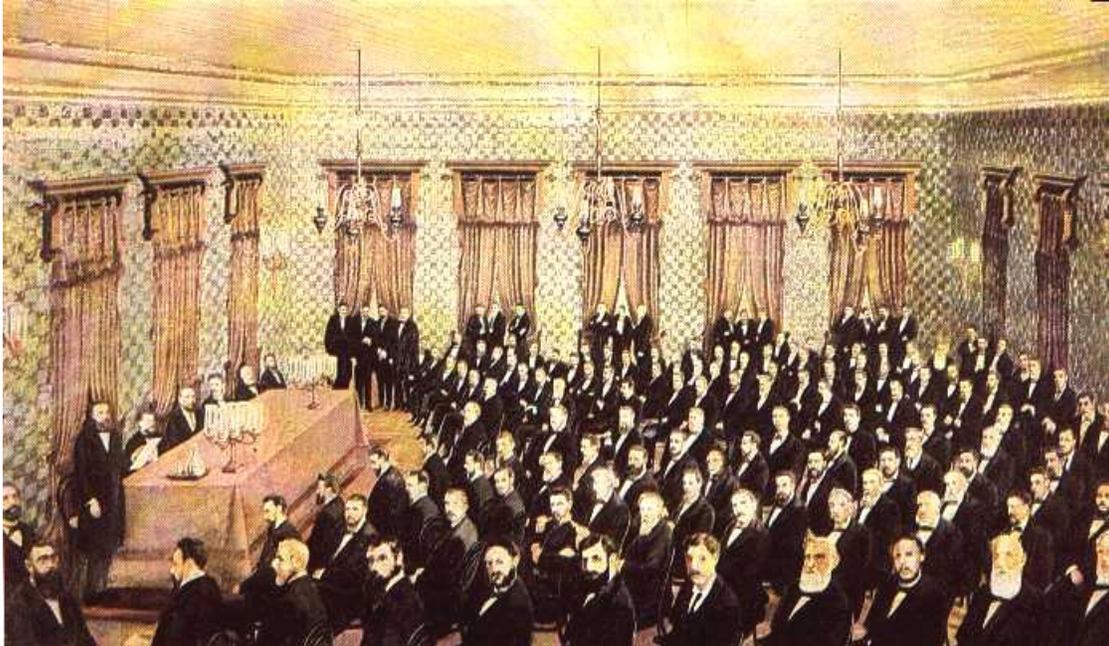
O PARTIDO REPUBLICANO

Em 1869, o Partido Liberal Radical lançou um manifesto no qual propunha: descentralização política, extinção do Poder Moderador, da Guarda Nacional e do Conselho de Estado, o ensino livre, Senado temporário e eletivo, a eleição dos presidentes de províncias, a extensão do voto a todos os cidadãos e a abolição da escravidão.

O programa dos radicais apresentava teses tão arrojadas para a época que, em breve, o grupo evoluiu para o republicanismo.

Os clubes republicanos ganharam adeptos nas cidades como: profissionais liberais, comerciantes e lavradores empobrecidos que haviam se deslocado para as cidades e os grandes proprietários de café, das regiões de maior produtividade como o Oeste Paulista.

As teses defendidas pelo Manifesto Republicano de 1870 eram as mesmas do programa liberal radical, incluindo, logicamente, o fim do regime monárquico e a implantação da República. Havia uma única exceção: a abolição da escravidão. Os republicanos nem pensaram nessa questão. Assim não corriam riscos de serem mal vistos pelos latifundiários escravistas - e essa posição acabaria por favorecê-los.



A Convenção Republicana de Itu em 1873, deu origem ao Partido Republicano Paulista.

A crise no Império

Saiba que a crise do império brasileiro resultou de fatores econômicos, sociais e políticos que, juntos, levaram diversos setores da sociedade (parte do exército, fazendeiros do oeste paulista, representantes das classes médias urbanas) a uma mesma conclusão: a monarquia estava superada.

A crise do império foi marcada por uma série de questões que favoreceram a proclamação da república.

É importante observar que os cafeicultores do vale do Paraíba, possuíam um comportamento muito ligado às antigas tradições coloniais, ao esquema patriarcal e escravista.

Agora, os grandes fazendeiros paulistas, ao contrário, possuíam seus próprios esquemas de comercialização do café. Não viviam nas fazendas; tinham suas residências em mansões de várias cidades, principalmente de São Paulo, possuindo valores muito mais urbanos que rurais.

ABOLICIONISMO OU ESCRAVISMO?



No período de 1871 a 1888, não faltaram leis para mudar a situação de escravidão no Brasil, uma delas é a Lei Eusébio de Queirós – 1850, que acabava com a entrada de escravos no Brasil. Contribuiu para a diminuição da mão-de-obra nas lavouras.

Afinal, em razão das precárias condições de vida do negro, a sua mortalidade superava, em muito, o índice

de natalidade. Praticamente, não havia aumento da população escrava no país.

Ao iniciar a década de 1860, diante da crescente redução do número de escravos e da conseqüente elevação de seu preço, muitos latifundiários já optavam pela utilização de mão-de-obra livre. Outros desfaziam de seus escravos, vendendo-os para as produtivas lavouras do Sul cafeeiro.

Além disso, observavam-se cada vez mais vantagens econômicas do trabalho livre, em virtude de sua maior produtividade e dos menores riscos de investimento.

Durante a Guerra do Paraguai, como você estudou no **módulo 7**, em troca da liberdade, muitos negros lutaram ao lado dos brancos, mostrando grande bravura. Internacionalmente, a imagem do Brasil era bastante negativa, pois, em 1870, era o único país independente da América a manter a escravidão.

Por que o governo não aboliu a escravidão já na década de 1870?



Saiba que no fim da Guerra do Paraguai (1870), nossos soldados e oficiais regressaram ao país com uma nova mentalidade.

Afinal, haviam passado seis anos lutando ao lado de nações republicanas e não-escravistas (Uruguai e Argentina). Muitos militares brasileiros começaram a se mostrar simpáticos ao ideal abolicionista e republicano.

Por um motivo muito simples, a maioria dos homens que compunha nosso governo (gabinete, Senado e Câmara), era latifundiários escravistas, proprietários dos lucrativos cafezais do vale do Paraíba, onde utilizavam mão-de-obra escrava.

Não lhes interessava, portanto, acabar com o regime de trabalho que eles exploravam.

Para complicar ainda a situação, os anos 1870 se iniciavam sob um panorama político crítico: os liberais estavam divididos sobre a abolição e o Partido Republicano se organizava.

Era necessário, portanto, adotar uma medida urgente que apaziguasse os ânimos oposicionistas.

Nesse contexto, foi promulgada em 28 de setembro de 1871, pelo Gabinete conservador do visconde do Rio Branco, a **Lei do Ventre Livre**.



Era na verdade, uma lei conciliatória e paliativa, ou seja, uma lei para “tapar o sol com a peneira”. Foi uma maneira de acalmar os ânimos dos opositores.

Segundo essa lei, todos os escravos nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Até 8 anos ficaria sob a autoridade do proprietário da mãe e, a partir dessa idade, o senhor poderia libertá-lo (recebendo do governo uma indenização em dinheiro) ou utilizar-se de seus serviços até 21 anos.

Note que a condição do negro não melhorou em nada. Se fosse libertado, para onde iria uma criança de apenas 8 anos de idade, sem ter onde morar?

E se ficasse, continuaria escravo, pois seria o período em que o ser humano é bastante produtivo, beneficiando apenas o senhor de escravos.

É importante você saber que a campanha abolicionista crescia em todas as províncias. Muitos militantes promoviam fugas de escravos ou recolhiam em esconderijos os negros fugitivos. Organizavam-se comissões a fim de recolher fundos para comprar a liberdade dos cativos.

A oposição ao governo escravista aumentava e ganhava adeptos junto ao clero, aos estudantes, aos militares, aos fazendeiros emancipacionistas e à imprensa. O governo se encontrava mais uma vez diante da necessidade de promover nova “concessão” aos opositores.

Em 1884, o primeiro ministro Manuel Dantas apresentou um projeto de emancipação (Projeto Dantas) ao Parlamento.

As discussões que se seguiram foram as mais violentas que ocorreram e provocaram a queda do Ministério. O projeto foi criticado e recebeu modificações no Gabinete seguinte, sendo finalmente sancionado (aprovado) no governo do barão de Cotegipe, em 1885.

Era a **Lei do Sexagenário**. A lei ainda previa o pagamento de uma indenização aos proprietários de escravos sexagenários pela sua libertação.

Na verdade, a Lei do Sexagenário, também era para “tapar o sol com a peneira”. O

Lei do Sexagenário, artigo 10º, parágrafos 10 e 11.

§10. São libertos os escravos de 60 anos de idade, completos antes e depois da data em entrar em execução esta Lei. Ficando, porém, obrigados, a título de indenização pela sua alforria, a prestar serviço aos seus ex-senhores pelo espaço de três anos.

§11. Os que forem maiores de 60 anos e menores de 65, não estarão sujeitos aos serviços de indenização, qualquer que seja o tempo que tenham prestado com relação ao prazo acima declarado.

governo só estava interessado em protelar por mais tempo o problema do escravismo.

Afinal, o número de escravos que conseguia atingir 60 anos era insignificante (os escravos, devido aos maus tratos, morriam antes de atingir essa idade) e a sua libertação não prejudicaria a “vida nacional”.

No final de 1886, os abolicionistas conseguiram uma vitória significativa: foi revogado dos estatutos brasileiros o uso do açoite como castigo para os escravos. Sem a ameaça do castigo, o escravo sentia-se encorajado a lutar por sua liberdade através de fugas e revoltas.

A partir de 1887, cresceu o número de escravos fugitivos, e muitas fazendas viram-se, de repente, desprovidas de mão-de-obra. A polícia não conseguia atender a todos os pedidos de busca feitos pelos fazendeiros.

O governo convocou o Exército para caçar os negros fugitivos; este por sua vez manifestou-se contra essa determinação recusando a condição de “capitães-do-mato”, pois eram favoráveis a abolição.

No dia 11 de maio de 1888, chegou ao Senado o projeto do primeiro-ministro João Alfredo, em que se propunha a abolição total e incondicional da escravidão sem indenização.

Apesar das violentas discussões, o projeto acabou sendo aprovado. No dia 13 de maio ele foi assinado pela princesa Isabel - era a Lei Áurea, 1888.

A situação do negro

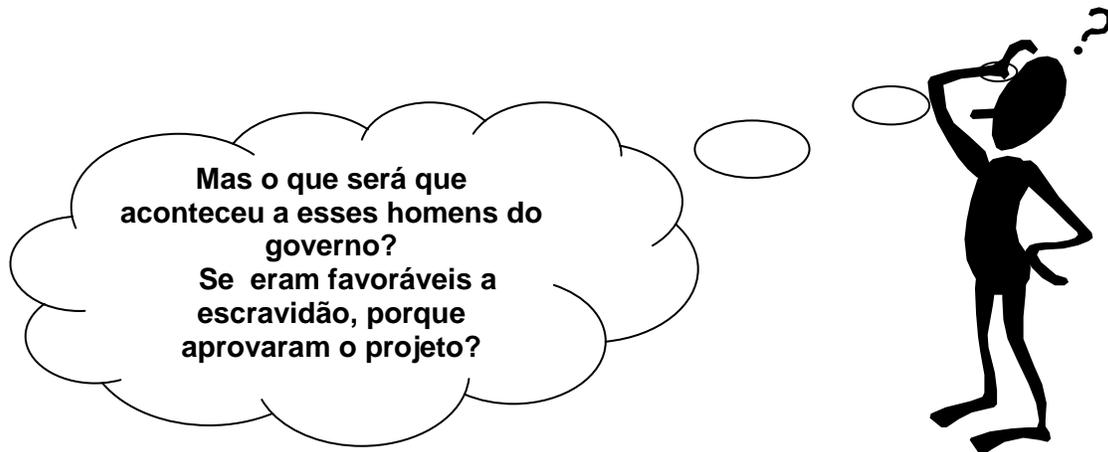
Com a Abolição, a alegria tomou conta dos negros e dos abolicionistas. A festa prolongou-se por vários dias. Mas rapidamente os negros tiveram de enfrentar a dura realidade: tinham a liberdade, mas não tinham terra, nem profissão, nem ajuda do governo.

O governo era dos brancos, dos ricos fazendeiros que queriam um novo Brasil em que os negros fossem coisa do passado. Tinham dado a sua contribuição como escravos. Agora deviam ser esquecidos.

O Brasil precisava torna-se um país de brancos, como as nações européias: a França, a Inglaterra, a Alemanha, a Itália. Por isso o governo incentivou a vinda de imigrantes europeus.

Esse decreto de 1890, dizia que o Brasil estava aberto para a livre entrada de pessoas que tivessem saúde e fossem capazes de trabalhar, “com exceção dos nativos da Ásia e da África”. O governo brasileiro não queria saber de orientais e de negros.

AINDA HOJE, UM SÉCULO APÓS A ABOLIÇÃO, A MARGINALIDADE DOS NEGROS É UM FATO: SÃO POUCOS OS QUE CHEGAM À UNIVERSIDADE.



Simplemente porque a **escravatura já estava desmoronando**; o número de escravos diminuiria tanto, que já não se justificava a permanência da escravidão. Mesmo aqueles que eram contra a libertação dos escravos viam a abolição como única saída para um problema que se arrastava desde 1810.

➤ **A Questão Abolicionista**

Você já sabe, que vários fatores contribuíram para a queda da Monarquia. Certo? Pois bem, o **abolicionismo** foi um desses fatores.

Os senhores de escravos, principalmente do Vale do Paraíba e da baixada Fluminense, não se conformavam com a abolição da escravidão e com o fato de não terem sido indenizados pelo governo. Sentiram-se abandonados pela monarquia e acabaram também por abandoná-la. Passaram a apoiar a causa republicana.

➤ **A Questão Religiosa: Igreja Católica contra o governo**

É outra questão que contribuiu para o fim da Monarquia.

Pois é, desde o período colonial a Igreja Católica era uma instituição subordinada ao Estado, isto é, funcionava de acordo com os interesses do **governo imperial**. A esse sistema denominamos de **regime de padroado**.

Pelo Regime de Padroado, a Igreja subordinava-se ao Estado. Nenhuma ordem do papa poderia vigorar no Brasil, sem que fosse aprovada pelo imperador.

Cabia ao Estado Português nomear bispos, remunerar o clero e recolher os tributos (dízimos) dos fiéis da Igreja. Por outro lado, o Estado se comprometia a assegurar e preservar a presença da Igreja nas terras descobertas.

Em 1872, porém, D. Vidal (bispo de Olinda) e D. Macedo (bispo de Belém), resolveram seguir as ordens do papa Pio IX, punindo irmandades religiosas que apoiavam os maçons. D. Pedro II, influenciado pela maçonaria entrevistou na questão, solicitando aos bispos que suspendessem as punições. Como estes se recusaram a obedecer ao imperador, foram condicionados a quatro anos de prisão.

Em 1875, os bispos receberam o perdão imperial e foram colocados em liberdade. Contudo, o império foi perdendo a simpatia da Igreja Católica.

➤ **A Questão Militar: O fim da tirania imperial**

A chamada Questão Militar esteve, de início, vinculada ao problema da escravidão. Conforme você já estudou, a Guerra do Paraguai, colocando lado a lado soldados brancos e negros, contribuiu para difundir o ideal abolicionista no Exército.

Além disso, vitoriosos na guerra, os militares brasileiros foram recebidos como heróis e logo se mostraram dispostos a participar, de forma ativa, da vida política nacional. Mas as velhas instituições monárquicas não estavam preparadas para enfrentar o novo comportamento do Exército nacional.

Os ideais republicanos, divulgados por homens como coronel Benjamim Constant, professor da Escola Militar do Rio de Janeiro, contagiaram os militares.

Foi em meio a essa situação que surgiu em **1884 a questão militar**, provocada pela revolta dos oficiais de alta patente (como o marechal Deodoro da Fonseca) contra as punições ao tenente-coronel Antônio Sena Madureira, favorável à abolição dos escravos e ao coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos, que denunciou a corrupção política de sua época.

O FIM DO IMPÉRIO

Tentando melhorar a situação, o imperador nomeou, em junho de 1889, um novo Gabinete. Chefiado pelo liberal visconde de Ouro Preto, para organizar uma série de reformas políticas. Os planos de Ouro Preto, porém ficaram no papel, pois quase ninguém acreditava na possibilidade de reformular a Monarquia.

A oposição de tantos setores da sociedade à Monarquia, tornou possível o tranquilo golpe político que implantou a República no Brasil.

O governo imperial, percebendo, embora tardiamente, a difícil situação em que se encontrava com o isolamento da monarquia, apresentou à Câmara dos Deputados um programa de reformas políticas, contendo itens como:

- Liberdade de fé religiosa;
- Liberdade de ensino e seu aperfeiçoamento;
- Autonomia para as províncias;
- Mandato temporário para os Senadores.

Entretanto as reformas chegaram tarde demais. Em **15 de novembro de 1889**, o Marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando das tropas revoltadas, ocupando o quartel-general do Rio de Janeiro.

O gabinete imperial foi deposto. O Visconde de Ouro Preto (chefe do gabinete) e Candido de Oliveira (ministro da justiça), foram presos. Na noite do dia 15, formou-se o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil.

D. Pedro II, que estava em Petrópolis durante esses acontecimentos, recebeu, no dia seguinte, um respeitoso documento do novo governo, solicitando que se retirasse do país juntamente com a sua família.

É importante você saber que a **Proclamação da República em 15 de novembro de 1889**, foi preparada lentamente, através de mudanças sociais e econômicas verificadas no Brasil desde 1850 como: instalação de ferrovias, modernização na fabricação do açúcar, aumento de indústrias, expansão da cafeicultura, adoção da mão-de-obra assalariada, imigração européia, formação do mercado interno e surgimento de novos grupos sociais.

No entanto, essas transformações não haviam sido acompanhadas de mudanças na estrutura política. Esta continuava excessivamente centralizada nas mãos de um pequeno grupo.

Eram necessárias medidas que favorecessem os novos interesses: descentralização político-administrativa, estímulo à imigração, incentivo à produção industrial e melhora da estrutura urbana etc.

A **Questão Social, Religiosa e Militar** deixou claro os desajustes entre as instituições políticas e os novos interesses emergentes. Assim, é através do **Exército, dos cafeicultores paulistas e das camadas médias urbanas** que se tornou possível a República. A grande maioria da população brasileira, entretanto, ficou alheia ao movimento, que se limitou no início, a um golpe militar (tomada do poder por militares).

Não houve resistência à implantação do novo regime, mas também, não houve entusiasmo por ele.

Agora responda em seu caderno:

**4) Os negros se tornaram realmente livres depois da Lei Áurea, 1888?
Justifique sua resposta.**



Bem, você já estudou que a Monarquia chegou ao fim, certo?
Agora estudará como nasceu a República aqui no Brasil. Vamos lá?

Brasil República: Democracia ou autoritarismo?

O Brasil mudou a forma de governo sem revolucionar a sociedade. Trocamos de bandeira, separamos a Igreja do Estado, fizemos uma nova Constituição.

Tudo isso caro aluno, foi feito no clima de ordem que interessava à classe dominante.

Desse modo mantinha-se o povo em sua pobreza e a elite (os ricos) em sua exploração.

Proclamada a **República**, os cinco primeiros anos que se seguiram (1889 a 1894) ficaram conhecidos tradicionalmente como “A República da Espada” por terem assumido dois militares do Exército no poder presidencial (marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto).

Mas a presença de militares não excluiu os civis. Os cafeicultores paulistas também participaram desse período inicial da República brasileira. A união de civis e militares era, contudo, frágil e temporária.

Esses dois segmentos da sociedade representaram interesses diversos e possuíam opiniões divergentes quanto aos objetivos do regime recém-instalado. Isso explica a **instabilidade política que marcou esse período**, no qual foram constantes os confrontos entre forças tão diferentes. Por outro lado, foi liquidada qualquer ameaça da restauração da ordem monárquica.

A **República da Espada**, representou uma fase de transição entre o centralismo do Império e o federalismo, que inspirou o movimento de 1889. Aos poucos, e em meio a choques políticos e sociais, o novo regime foi se adaptando às necessidades prementes (urgentes) do Brasil provocadas pelas **transformações sociais e econômicas ocorridas a partir de 1850**.

O GOVERNO PROVISÓRIO

Na noite de 15 de novembro de 1889, veja bem, formou-se o governo provisório da República, chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que deixara de ser monarquista somente nas vésperas do golpe republicano. Logo no começo, esse novo governo revelou seu **caráter conservador**.

Saiba que entre as primeiras providências tomadas pelo governo provisório, destacaram-se:

- ✓ **Federalismo** – as províncias brasileiras foram transformadas em Estados membros da Federação, obtendo maior autonomia administrativa em relação ao governo federal, cuja sede recebeu o nome de Distrito Federal;
- ✓ **Distrito Federal** – Situado no Rio de Janeiro, o Distrito Federal era a capital da República;
- ✓ **Separação entre a Igreja e o Estado** – Era o fim do **padroado** (consulte a caixa de texto da página 21). A Igreja passa a ser independente. O catolicismo deixou de ser a religião oficial do Estado. Curioso é saber que, em função disso, foram **criados o registro civil de nascimento e o casamento civil. Antes só havia certidão de batismo e os noivos casavam-se só na Igreja;**
- ✓ **Grande naturalização** - Todos os estrangeiros residentes no Brasil seriam legalmente considerados cidadãos brasileiros;

- ✓ **Bandeira da República** - Uma nova bandeira nacional foi criada para substituir a antiga bandeira do Império. O “*Ordem e Progresso*”, foi sugerido pelo Ministro da Guerra, Benjamin Constant. O lema tem sua origem no **positivismo do filósofo francês Augusto Comte** (1798 - 1857), que pregava o *amor* por princípio, a *ordem* por base e o *progresso* por fim.
- ✓ **Assembléia Constituinte** - Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para elaborar a primeira Constituição da República.

Fique por dentro...



O brasileiro **ORDEM E PROGRESSO** da bandeira nacional foi escrito por um francês, August Comte.

Este Lema positivista combina autoritarismo com modernidade e quer dizer, mais ou menos, que o Brasil só melhora se não houver “desordens” provocadas pela democracia ou pelas revoluções populares.

S
e
r
v
i
ç
o
s
a
b
i
l
i
z
a
ç
ã
o
s

As idéias positivistas de Augusto Comte tiveram grande influência sobre os militares do Brasil, Comte tinha entusiasmo pelo desenvolvimento das máquinas, da tecnologia, da industrialização. Para ele tudo representava o progresso da humanidade.

O positivismo confiava no capitalismo industrial. E tinha grande fé na evolução das ciências.

Nossos militares positivistas queriam ser soldados cidadãos, ditando o rumo para um novo desenvolvimento do país. Defendiam "a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do crescimento da indústria, da expansão das comunicações".

Fausto Boris, História do Brasil, SP., EDUSP, 1994, p. 246.



...E que mudanças ocorreram na economia brasileira durante o Governo Provisório?

Houve uma medida de grande impacto na economia brasileira, que na verdade, era uma **reforma financeira** executada pelo Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, a partir de janeiro de 1890.

O objetivo de Rui Barbosa era incentivar o crescimento econômico nacional, principalmente o desenvolvimento da indústria.

Para isso, permitiu grande emissão de dinheiro por bancos espalhados pelo país (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul).

Saiba que essas emissões tinham como finalidade aumentar a moeda em circulação para, por exemplo, facilitar o crédito na implantação nas novas indústrias.

Se você está pensando que essa história não iria acabar bem, acertou, o dinheiro emitido foi além das necessidades e imagine só qual foi a consequência de

ENCILHAMENTO - colocação dos arreios em cavalos. A reforma de Rui Barbosa foi assim chamada porque a agitação econômica da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, nesse período, lembrava o barulho do Jôquei Clube, onde se encilhavam os cavalos.

financeira na república. A desorganização econômica atingiu um ponto insuportável.

INFLAÇÃO:

Um dos fatores mais importantes para a estabilidade econômica de um país é o equilíbrio entre a quantidade de moeda circulante e o que é produzido no país.

Quando o governo emite muito dinheiro, sem que a produção interna aumente, ocorre um **desequilíbrio**.

As pessoas têm mais dinheiro para gastar, mas a quantidade de produtos existentes é menor. **Resultado: com muito dinheiro e pequena produção, os preços sobem gerando a INFLAÇÃO.**

tudo isso!? Foi uma grande **inflação** com o aumento generalizado dos preços.

O dinheiro fácil gerado pelas emissões bancárias incentivou a criação de "empresas fantasmas", que surgiam apenas para obter crédito dos bancos.

A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro foi tomada por grande agitação e especulação financeira – **foi o encilhamento** - primeira crise

Os cafeicultores protestavam contra a reforma financeira de Rui Barbosa, pois não lhes interessava uma política que desse mais importância à indústria do que ao café.

Além disso, no próprio ministério, muitos colegas também criticavam a reforma. Pressionado, Rui Barbosa demitiu-se do cargo em janeiro de 1891.

E como era a nossa Primeira Constituição da República?

A **Constituição** promulgada em 24 de fevereiro de 1891 **foi inspirada no modelo liberal americano**. Após a revisão do projeto de Rui Barbosa, ele foi encaminhado ao Congresso que introduziu poucas modificações no texto, uma delas foi a redução do mandato presidencial de 6 anos para 4 anos.

Por ser inspirada no modelo americano, denominava nosso país de: **Estados Unidos do Brasil**. Assim, os Estados Unidos do Brasil era constituído de vinte estados autônomos do ponto de vista econômico e administrativo. O regime era ***republicano*** e ***presidencialista***. O presidente, o vice-presidente, os deputados e senadores eram eleitos diretamente por sufrágio (voto) universal **masculino**.

O presidente seria eleito para um mandato de 4 anos, não podendo ser reeleito para os quatro anos seguinte. Podia nomear ou exonerar seu Ministério, sancionar leis e deliberações do Senado e da Câmara.

Sufrágio universal - é o direito de votar concedido aos cidadãos, salvo exceções específicas. Distingue-se do "voto censitário" porque neste somente votam cidadãos com o mínimo de renda estipulado pela lei.

Quanto a formação dos três poderes:

O presidente, o vice-presidente e os ministros compunham o **Poder Executivo**.

O **Poder Legislativo**, era exercido pelo Congresso Nacional - era composto pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

O **Poder Judiciário** tinha como órgão máximo o Supremo Tribunal Federal e era composto pelos juízes federais.

Quanto aos deveres dos ESTADOS:

- **eleger** seu **governante** chamado na época de "**Presidente do Estado**";
- eleger uma **Assembléia Legislativa**, que faria a Constituição Estadual;
- organizar-se administrativamente, provendo as necessidades públicas;
- aprovar seu Código Eleitoral e Judiciário;
- organizar um corpo policial-militar e manter escolas.

O Estado também possuía liberdade para contrair empréstimos no Exterior, decretar impostos sobre exportações, imóveis, indústrias, profissões e a transmissão de propriedade. No entanto, essa autonomia não superava a força do governo federal, que recebia as melhores fontes de renda pública, tinha o direito de mobilizar os corpos policiais dos estados, controlar os selos e correios, taxar as importações, manter e estabelecer a ordem interna e garantir a execução das leis federais.

Quanto aos direitos dos cidadãos:

A Constituição de 1891 era liberal. Eram considerados aptos para votar todos os brasileiros do sexo masculino, maiores de 21 anos (tanto natos como naturalizados), com exceção dos mendigos, analfabetos, religiosos e soldados. O **voto era aberto**, o que permitiu inúmeras **fraudes eleitorais** no decorrer da República Velha.

A Constituição garantia aos cidadãos os **direitos da liberdade** individual, pensamento, locomoção, imprensa, culto, associações etc. O casamento civil era o único reconhecido legalmente.

A cidade do **Rio de Janeiro**, que no império constituía o Município Neutro, passou a ser o **Distrito Federal**.

Depois de promulgada a Constituição, o Congresso Constituinte foi transformado em Congresso Nacional.

Você sabe a diferença entre uma Constituição Promulgada e uma Outorgada?

A Constituição Promulgada é elaborada pela Assembléia Constituinte e aprovada pelo Congresso Nacional. É o caso da Constituição de 1988 – que é a nossa atual Constituição. Ela é discutida, debatida e não é imposta.

A Constituição Outorgada é aprovada somente pelo Poder Executivo. Como exemplo podemos citar a Constituição de 1824, que foi aprovada somente pelo imperador (poder executivo). Dessa forma é uma constituição imposta.



É o que você verá a seguir. Vamos lá???

O GOVERNO DO MARECHAL DEODORO DA FONSECA (1889-1891)

Bem, após elaborar a Constituição de 1891, a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso Nacional. Pois é, e nessa condição deveria eleger os primeiro presidente e vice-presidente da República.

O marechal Deodoro da Fonseca era candidato à presidência e tinha apoio de muitos militares. Porém, os poderosos fazendeiros de café, representantes da elite econômica do país, receavam o autoritarismo de Deodoro, e muitos o responsabilizavam pela crise econômica do **encilhamento**.

Nessas primeiras eleições, a **oligarquia** cafeeira de São Paulo, apresentou seus candidatos. Prudente de Moraes para presidente e o marechal Floriano Peixoto para vice-presidente. Os setores militares insistiram na candidatura de Deodoro da Fonseca para presidente e do almirante Eduardo Wandenkolk para vice-presidente.

Oligarquia - "Poder de alguns", ou seja, é o governo centralizado nas mãos de algumas poucas pessoas pertencentes à mesma classe social ou mesmo grupo político.

Deodoro perdia apoio político entre os civis. Restava-lhe contudo, o importante apoio de seus colegas de farda (militares). Dos 63 senadores presentes à Constituinte, dez eram militares. O Exército estaria ao lado de Deodoro e ele pretendia ser eleito e continuar na presidência da República. Ele venceu as eleições para presidente, em 1891 com pequena vantagem de 32 votos sobre Prudente de Moraes. Os congressistas, buscando uma medida conciliatória, fundaram duas chapas, elegendo Deodoro presidente e Floriano vice.

Saiba que, embora tivesse vencido a eleição, Deodoro não contava com suficiente apoio político para governar com tranqüilidade.

Sofria **oposição da oligarquia cafeeira**, que dispunha de diversos representantes no Congresso Nacional.

Por não conseguir conviver politicamente com o Congresso nem com o Senado e a Câmara Federal, estes procuraram restringir seus poderes presidenciais, através de um projeto de lei, mas este foi vetado por Deodoro.

Porém, o Senado, ignorando a proibição de Deodoro, rediscutiu o projeto, visando aprová-lo à revelia (sem conhecimento) do presidente.

Irritado, o marechal ordenou o **fechamento do Congresso** e decretou o **estado de sítio** na Capital e em Niterói, a 3 de novembro de 1891.

ESTADO DE SÍTIO - Em estado de sítio, o presidente adquiria, temporariamente, amplos poderes, podendo governar através de decretos-leis, suspender as liberdades individuais, intervir nos Estados e fechar o Congresso e as Assembléias Estaduais.

Com pouco mais de oito meses de governo constitucional, a República chegara a um impasse. Além da crise política, o país ainda sofria uma profunda degeneração econômica. O golpe de 3 de novembro de Deodoro desgastou sua imagem de chefe político, afastando-o dos grupos militares que o apoiavam.

Vários militares, desiludidos com o autoritarismo do presidente, aprovavam a idéia de derrubá-lo e substituí-lo por seu vice-presidente. O marechal Floriano Peixoto, não se posicionava nem a favor nem contra Deodoro, mas também não desestimulava a oposição.

Deodoro precisou ausentar-se do poder por motivo de saúde, e os seus ministros expediram ordem de prisão contra militares e civis. Com isso, os militares do Rio de Janeiro se rebelaram contra o governo, além disso, no Sul, aconteciam vários conflitos locais, contribuindo para diminuir a autoridade de Deodoro.

Desgastado politicamente, Deodoro decidiu renunciar, passando o cargo para o vice-presidente, **Floriano Peixoto** - em 20 de novembro de 1891.

O GOVERNO DO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (1891-1894)

Inicialmente parecendo ser liberal, Floriano Peixoto **reabriu** o Congresso Nacional e suspendeu as medidas repressoras de Deodoro. Mas esse liberalismo chegaria ao fim "rapidinho"...

O "Marechal de Ferro" (esse era o apelido de Floriano), logo mostraria o motivo de tal apelido. Apoiado por boa parte dos **militares** e pelos **cafeicultores** que viam nele um instrumento capaz de consolidar o novo regime, enfrentou as revoltas oposicionistas com energia. Floriano, não foi nada democrático: prendia quem fosse contra seu sistema de governo, podia ser político, militar ou jornalista.

Quando o Congresso começou a questionar a legalidade da repressão, ele respondeu: "**vão discutindo, que eu vou prendendo**".

Saiba que não bastaram a mudança do regime político e a promulgação da Constituição para resolver os problemas acumulados desde o tempo da colônia e do Império.

Havia muitas diferenças entre as várias regiões, agora divididos em estados.

Agora você estudará as revoltas ocorridas no governo de Floriano Peixoto.

❖ ***A revolta da Armada (1893-1894)***

Saiba que no dia 31 de março de 1892, treze generais enviaram ao presidente uma **carta manifesto**, exigindo a convocação de novas eleições presidenciais.

A carta dizia que essa era a única maneira de restabelecer a tranquilidade interna da nação e o prestígio internacional do país já que o país estava passando por uma crise, onde não faltavam descontentes.

Ao receber o documento, Floriano reagiu energicamente: puniu os militares afastando-os das Forças Armadas. Mesmo assim, as reações contra o seu governo continuaram. Pessoas ligadas ao movimento rebelde, agiram em terra cortando fios telegráficos e articulando uma greve na Estrada de Ferro Central do Brasil.

Diante desses acontecimentos, o presidente Floriano agiu com rapidez: destacou corpos policiais para defender pontos estratégicos do litoral e cortar a ligação entre os revoltosos do mar e os da terra.

Foi decretado **estado de sítio** para a Capital Federal e Niterói (10 de setembro de 1893). Toda essa mobilização permitiu ao presidente o controle da situação em terra. Os navios rebeldes, na baía de Guanabara, bombardearam a Capital e Niterói, apavorando a população e alarmando o governo e as embaixadas sediadas no Rio de Janeiro.

Em fins de setembro de 1893, o ministro do Exterior da Inglaterra conseguia adesão de Portugal, França, Itália, Holanda e Estados Unidos e a concordância do governo brasileiro e dos rebeldes para assinatura do "*acordo de 5 de outubro*".

Segundo este, os adversários só poderiam bombardear-se sob as vistas da esquadra estrangeira, a quem competia observar as provocações e as agressões, evitando que a cidade fosse atingida.

Você quer saber o fim dessa história?

Pois bem, em novembro de 1893, um almirante chamado Saldanha da Gama aderiu a Revolta da Armada lançando um manifesto em que deixou transparecer sua tendência monarquista.

Isso serviu de argumento para Floriano declarar que a revolta tinha por objetivo a volta da Monarquia.

O governo brasileiro comprou alguns navios dos Estados Unidos e contratou mercenários.

Os navios estavam em situação precária e por causa disso a força naval legalista foi apelidada pelos rebeldes de "Esquadra de papelão".

Em março de 1894, os navios comprados chegaram ao Rio de Janeiro, e o governo, a fim de prevenir a população para que tivesse tempo de sair da cidade, espalhou cartazes informando que em 48 horas atacaria os revoltosos.

Mas o duelo não chegou a ocorrer, pois Saldanha da Gama, pediu asilo político a dois navios de guerra portugueses e foi isso concedido a todos os rebeldes.

O presidente Floriano exigiu que o governo português entregasse os refugiados. Durante uma semana, os dois governos discutiram o caso, sem chegar a nenhuma solução. No dia 18 de março, uma corveta portuguesa levantou âncora levando os asilados para o rio da Prata. Quando a embarcação chegou a Montevideú, os exilados fugiram para se unir aos revoltosos da Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul.

❖ ***Revolução Federalista (1893)***

Ainda em 1893, no Rio Grande do Sul, aconteceu um violento conflito entre dois partidos políticos:

- ***Partido Republicano Rio Grandense (PRR)*** - defendia a forma de governo republicana e o sistema presidencialista e tinha o apoio político de Floriano Peixoto. Mantinha aliança com o chefe do governo gaúcho Júlio de Castilhos. O apelido dos republicanos era ***pica-paus***.
- ***Partido Federalista*** - esse partido apoiava a forma de governo republicana, mas defendia o parlamentarismo (lembre-se que no sistema

parlamentarista, o chefe de governo é o Primeiro Ministro). Os federalistas eram liderados por Silveira Martins e contavam com muitos partidários entre os tradicionais estancieiros gaúchos. Os federalistas eram apelidados de maragatos.

Como você leu na página anterior os *federalistas* uniram-se aos rebeldes da *Armada*, no Rio de Janeiro, e ameaçavam atacar o Estado de São Paulo.

A Revolução Federalista transformou-se numa luta sangrenta, provocando a morte de aproximadamente 10 mil pessoas.

Teve fim somente em 1895, já no governo de Prudente de Moraes, sucessor de Floriano Peixoto.

O GOVERNO DE PRUDENTE DE MORAIS (1894-1898)

Você sabia?

O presidente Prudente de Moraes é nosso conterrâneo. Pois é, ele era paulista de Itu!

O Presidente Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil da História do Brasil.

Prudente de Moraes, o candidato civil da burguesia cafeeira paulista, venceu as eleições. Ele era um republicano, mas a classe social que ele representava e que o sustentava no poder era dos cafeicultores.

As oligarquias, formadas pelos grandes proprietários rurais assumiam o controle completo da nação.



Será que para o povo mudou muita coisa a saída de um presidente militar e a entrada de um presidente civil republicano?

Você verá que não. Foram muitos os problemas enfrentados durante o seu governo, entre eles a *Revolta de Canudos*.

Com a burguesia cafeeira paulista no poder, terminava o período da República da Espada e **iniciava-se a República Oligárquica...**

...mas esse é assunto para o módulo 9.

Agora responda em seu caderno:

5) Explique o motivo do descontentamento dos cafeicultores frente a reforma econômica de Rui Barbosa.

Parabéns! Você terminou a 2ª série do Ensino Médio!

BIBLIOGRAFIA

- ◆ **Proposta Curricular para o Ensino de História** - Ensino Médio – Secretaria de Estado da Educação – Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – São Paulo – 2ª Ed. – 1992.
- ◆ **Parâmetros Curriculares Nacionais** – Ensino Médio. Apresentação dos Temas Transversais – Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria da Educação – Brasília – 1997.
- . **SCHMIDT**, Mário. Nova História Crítica da América. São Paulo, Editora Nova Geração, 1998.
- . **SCHMIDT**, Mário. Nova História Crítica: Moderna e Contemporânea. Ensino Médio. São Paulo, Editora Nova Geração, 1998.
- . **SCHMIDT**, Mário. Nova História Crítica do Brasil. Ensino Médio. São Paulo, Editora Nova Geração, 1998.
- . **COTRIM**, Gilberto. História Global – Brasil e Geral – vol. Único. São Paulo, Editora Saraiva, 1999.
- . **BOULOS JÚNIOR**, Alfredo. História Geral: Antiga e Medieval – vol. 1. São Paulo, FTD, 1997.
- . **ARRUDA**, José Jobson e **PILLETTI**, Nelson. Toda a História, Ensino Médio. São Paulo, Editora Ática, 1999.
- . **VESENTINI**, J. William. Sociedade e Espaço - Geografia Geral e do Brasil, Ensino Médio. São Paulo, Editora Ática, 1997.
- . **PILETTI**, Nelson. História do Brasil. Ensino Médio. São Paulo, Editora Ática, 2001.
- . **PEDRO**, Antonio e **LIMA**, Lizânias de S. História Geral – Compacto para o Vestibular. Editora FTD, 1999.
- . CD-Rom **ALMANAQUE ABRIL 2001** – BRASIL e MUNDO, Editora Abril, multimídia.
- . **ORDOÑEZ**, Marlene e **QUEVEDO**, Júlio. História, Editora IBEP, 1998.
- . CD-ROM CLIPART, **Brasil 500 anos**, Editora Ondas, 2000.
- . **JOBSON**, José Arruda. História Total. Vol.3 e 4. São Paulo, Editora Ática, 2001.
- . **DIVALTE**, Garcia Figueira. Novo Ensino Médio, volume único – com questões do ENEM. Editora Ática. 2002.